## REQ 00004/2025



## REQUERIMENTO Nº DE - GTMTI

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o ATS 1/2025, que "institui Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar projeto de lei para regulamentar a atividade de mineração em terras indígenas".

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante do Ministério de Minas e Energia (MME);
- representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

(MMA);

- representante do Instituto Socioambiental (ISA);
- representante do Ministério dos Povos Indígenas (MPI);
- representante da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai);
- representante do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram);
- representante da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (CCR) do Ministério Público Federal (MPF).

## **JUSTIFICAÇÃO**

O Brasil possui significativas reservas minerais em terras indígenas, estimadas em bilhões de reais em recursos estratégicos e, paralelamente, muitas comunidades indígenas enfrentam desafios socioeconômicos que demandam soluções sustentáveis. A audiência explorará como arranjos adequados podem transformar recursos naturais em desenvolvimento humano sustentável, garantir

protagonismo indígena na tomada de decisões, estabelecer padrões de excelência ambiental superiores aos praticados atualmente e criar modelos replicáveis de prosperidade compartilhada.

Esta audiência representa momento crucial para construção de entendimento nacional sobre possibilidades e limites de arranjos sustentáveis em mineração em terras indígenas. O foco em benefícios não pode prescindir da análise rigorosa de riscos e salvaguardas. O Grupo de Trabalho busca, através deste debate qualificado, estabelecer bases técnicas sólidas para recomendações que priorizem o bem-estar presente e futuro dos povos indígenas, a integridade ambiental dos territórios e o desenvolvimento nacional verdadeiramente sustentável. Somente através de arranjos que coloquem a sustentabilidade e os direitos indígenas no centro de qualquer modelo será possível construir propostas legítimas e duradouras.

Sala da Comissão, de de .

Senador Rogério Carvalho (PT - SE)